

A/Re

AUSTRAL RESSEGUROADORA S.A.

CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26

Sede: Av. Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar Leblon, Rio de Janeiro/RJ - Cep: 22431-002

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Contexto Organizacional:** A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908. A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa. Em 16 de maio de 2025, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento financeiro para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FRS) "A" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "a-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável. Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a solidez financeira e elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do período e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de resseguro para proteção e mitigação dos riscos que assume. Adicionalmente, em 2025 a agência de rating Standard & Poor's reafirmou as credenciais de crédito em bRAAA, o nível mais elevado na escala nacional. A Standard & Poor's destacou o nosso sólido desempenho operacional e nossas fortes práticas de subscrição, com sólida expertise nos segmentos em que operamos. Também ressaltou os níveis confortáveis de capitalização que o Grupo Austral possui e suas estruturas de resseguro e retrocessão adequadas para a manutenção e crescimento da empresa. **Desempenho das Operações:** A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	2.513,9	2.458,3	55,6	2,3%
Prêmios Ganho	2.584,6	2.169,2	415,4	19,1%
Prêmios Emitidos Retidos Líquidos	1.328,6	1.213,7	114,9	9,5%
Prêmios Ganhos Retidos	1.312,5	1.076,2	236,6	22,0%
Sinistros Ocorridos	(2.015,3)	(3.045,1)	1.029,8	(33,8%)
Sinistros Retidos	(1.048,4)	(863,6)	184,9	21,4%
Despesas Administrativas	(49,5)	(42,7)	(6,8)	15,9%
Resultado Financeiro	89,5	132,4	(42,9)	(32,4%)
Lucro líquido do exercício	92,6	75,1	17,5	23,3%
Patrimônio Líquido	483,7	420,5	63,2	15,0%
ROAE	20,5%	18,7%	1,8 p.p	
Índice de Despesas Administrativas	2,0%	1,7%	0,3 p.p	
Sinistralidade Retida (Sinistros Retidos/Prêmios Ganhos Retidos)	79,9%	80,2%	(0,3) p.p	
Índice Combinado Retido (sem tributos e PPR)	96,5%	96,1%	0,4 p.p	

**Prêmios:** Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 2.513,9 milhões no exercício de 2025, representando um aumento de R\$ 55,6 milhões (2,3%) em relação ao exercício de 2024. Esse aumento se deu principalmente nos ramos Pessoas Coletivo e Aceitação Exterior. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 2.584,6 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 415,4 milhões (19,1%) em relação ao mesmo período do exercício de 2024. **Sinistralidade Retida:** Em 2025, o índice de sinistralidade baseado nos sinistros retidos foi de 79,9% dos prêmios ganhos retidos, contra 80,2% no mesmo período do ano anterior. **Índice Combinado Retido:** O índice combinado, baseado nos efeitos retidos, foi de 96,5% em 2025 em comparação com os 96,1% do ano de 2024. **Despesas Administrativas:** A gestão eficiente dos custos, assim como monitoramentos constantes e um cuidadoso planejamento das ações realizadas continuam contribuindo para a maior eficiência de custos. Dessa forma, mantivemos um índice baixo de 2,0% em 2025. **Resultado Financeiro e Solvência:** A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 89,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 132,4 milhões em 31 de dezembro de 2024), impactado diretamente pela oscilação cambial, refletindo em uma queda de 32,4% em relação ao ano de 2024. Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria "mantidos até o vencimento". **Lucro e Patrimônio Líquido:** Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 92,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2024). O ROAE de 2025 foi 20,5%, enquanto no mesmo período de 2024 o ROAE foi 18,7%. Representando um crescimento de 1,8 p.p. O patrimônio líquido da Companhia encorreu o exercício de 2025 em R\$ 483,7 milhões (R\$ 420,5 milhões no exercício de 2024). Um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. **Distribuição de Dividendos:** A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento",

que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que permanecer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia. **Indicadores de Gênero:** A Companhia adota a promoção da equidade de gênero, diversidade e inclusão, alinhada às melhores práticas de governança corporativa, aos princípios ESG e à legislação vigente. A administração entende que um ambiente plural promove inovação e expande as visões de gestão da Companhia. Além disso, uma cultura organizacional saudável e acolhedora fortalece o bem-estar dos colaboradores, aumentando a segurança, a satisfação e, consequentemente, produtividade e resultado. Trabalhar na redução da desigualdade gera impactos no longo prazo para o setor segurador, ampliando sua penetração e mitigando riscos socioeconômicos que influenciam em sinistralidade. **Quantidade e Proporção de Mulheres por Nível Hierárquico:**

Nível Hierárquico	2024			2025		
	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres
CEO	1	3	50%	1	4	67%
Diretor (a)	6	5	56%	8	4	50%
Gerente	9	3	60%	3	1	33%
Coordenador (a)	5	4	36%	11	4	36%
Especialista	32	14	44%	35	12	34%
Assistente	7	3	43%	6	2	33%
Estagiário	7	2	29%	10	3	30%

**Mulheres em Cargos da Administração:**

Órgão	2024			2025		
	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres
Conselho de Administração <sup>2</sup>	3	-	-	3	-	-
Diretoria Estatutária <sup>2</sup>	3	-	-	3	1	33%
Total Administração	6	-	-	6	1	17%

<sup>1</sup> Há 1 (um) processo de aprovação prévia em trâmite perante a SUSEP para a eleição de 1 (uma) diretora do gênero feminino, tal indicação encontra-se refletida no respectivo indicador acima.

<sup>2</sup> O Conselho de Administração da Austral Participações S.A., única acionista da Companhia, tem em sua composição 2 (duas) conselheiras de gênero feminino.

**Demonstrativo de Remuneração por Sexo (Cargos):**

Nível Hierárquico	Proporção de Remuneração Média entre Homens e Mulheres		
	2024	2025	
CEO	n/a	n/a	
Diretor (a)	0,99	1,06	
Gerente	1,00	1,14	
Coordenador (a)	0,96	0,83	
Especialista	0,93	0,78	
Analista	0,92	0,95	
Assistente	n/a	n/a	
Estagiário	1,00	1,00	

**Evolução Comparativa dos Indicadores:**

Indicador	Exercício Anterior - 2024	Exercício Atual - 2025	Variação
Mulheres - Total	34	31	(9%)
Alta liderança	3	4	33%
Gerente	5	5	-
Coordenador (a)	3	1	(67%)

**Agradecimentos:** Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

**Administração.**

**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		5.922.627	6.028.882	Circulante		5.946.567	5.976.857
Disponível		22.678	12.314	Contas a pagar		47.019	41.480
Aplicações financeiras	5	1.123.052	1.009.329	Obrigações a pagar		41.616	34.504
Créditos das operações com resseguros	7	1.694.561	1.522.909	Impostos e encargos sociais a recolher		1.356	5.180
Operações com seguradoras		1.339.511	1.226.742	Orcamentos trabalhistas		1.885	1.782
Operações com resseguradoras		355.050	296.167	Impostos e contribuições		2.162	14
Ativos de resseguro e retrocessão	13	2.997.499	3.404.895	Débitos das operações com resseguros		1.104.177	994.059
Títulos e créditos a receber	8	27.889	29.735	Prêmio a restituir		37.348	9.260
Títulos e créditos a receber		8.000	12.942	Operações com seguradoras		6.735	8.561
Créditos tributários e previdenciários		18.836	15.834	Operações com resseguradoras	11	991.188	917.553
Outros créditos		1.053	959	Corretores de seguros e resseguros		64.226	50.438
Outros valores e bens		7.800	8.275	Outros débitos operacionais		4.680	8.247
Despesas antecipadas		332	328	Depósito de terceiros	12	61.562	113.455
Custos de aquisição diferidos	9	48.816	41.097	Provisões técnicas	13	4.732.935	4.826.397
Não circulante		733.389	598.894	Outros débitos		874	1.466
Realizável a longo prazo		713.671	581.624	Não circulante		225.737	230.449
Aplicações financeiras	5	515.717	402.249	Débitos das operações com resseguros		24.203	23.769
Créditos das operações com resseguros	7	31.635	28.698	Operações com resseguradoras	11	22.884	22.801
Operações com seguradoras		31.635	28.238	Corretores de seguros e resseguros		1.319	968
Operações com resseguradoras		-	460	Provisões técnicas	13	189.588	197.039
Ativos de resseguro e retrocessão	13	115.111	95.567	Outros débitos		11.946	9.641
Títulos e créditos a receber	8	37.173	40.459	Patrimônio líquido	16	483.712	420.470
Outros valores e bens		10.881	9.734	Capital social		338.669	338.669
Custos de aquisição diferidos	9	6.754	4.917	Reserva de capital		5.333	5.638
Imobilizado		908	877	Reserva de lucros		148.596	92.429
Intangível	10	18.810	16.393	Ajuste de avaliação patrimonial		(8.886)	(16.286)
Total do ativo		6.656.016	6.627.776	Total do passivo e do patrimônio líquido		6.656.016	6.627.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste TVM acumulados	Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		338.669	5.624	44.288	(5.052)	-	383.529
Adoção inicial CPC 48 - redução ao valor recuperável (RVR)		-	-	(271)	-	-	(271)
Perda não realizada nos títulos mensurados ao VJORA		-	-	-	(11.234)	-	(11.234)
Incentivo baseado em ações	17	-	34	45	-	-	79
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	75.111	75.111
Proposta para distribuição do resultado:	16c	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal		-	-	3.756	-	(3.756)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	(26.744)	-	(26.744)
Constituição outras reservas de lucros		-	-	44.611	(44.611)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		338.669	5.658	92.429	(16.286)	-	420.470
Saldos em 31 de dezembro de 2025		338.669	5.658	92.429	(16.286)	-	420.470
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao VJORA		-	-	-	7.400	-	7.400
Incentivo baseado em ações	17	-	(325)	557	-	-	232
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	92.610	92.610
Proposta para distribuição do resultado:	16c	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal		-	-	4.630	-	(4.630)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	(37.000)	-	(37.000)
Constituição outras reservas de lucros		-	-	50.980	(50.980)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		338.669	5.333	148.596	(8.886)	-	483.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Anuais**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 2010. A Companhia tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, atuando em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações. **1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais:** A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia. Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco, cedendo a outro uma parte da exposição e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro atua na diluição dos riscos, sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da solvência das seguradoras quando na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório. A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos: **• Contrato Automático** - São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a seguradora subscrever-las de forma automática de acordo com as condições, proporções e prazos previamente estabelecidos entre as partes. **• Resseguro Facultativo** - São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual. Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de stop loss). As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir: i. Patrimonial (*property* e *engenharia*): Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio. É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina. ii. *Marine & Energy*: O Seguro Marítimo (*Marine*) tem por finalidade de garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres. O Seguro de Riscos de Petróleo (*Energy*) garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (*onshore*) e no mar (*offshore*). iii. Responsabilidade Civil (*Casualty*): As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional - E&O e D&O. O seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, ressegurado por danos causados a terceiros, o pagamento

e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos. iv. *Garantia (Surety Bonds)*: O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado. A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia. v. *Automóvel*: A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório. vi. *Aeronáutico*: Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, que detém *expertise* e histórico no segmento. vii. *Outras linhas de Property & Casualty*: Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. viii. *Pessoas (Vida e Acidentes Pessoais)*: Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos). A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas. Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar e Seguro Desemprego (perda de renda). Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente. **2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais:** As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP". A autorização para emissão destas demonstrações financeiras anuais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2026. **2.1. Base de mensuração:** Os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo: **• Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR (Nota 5);** e **• Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (Nota 5).** **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou

perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício. A exposição a risco cambial decorrentes das operações em moeda estrangeira, bem como sua gestão, está detalhada na Nota 4. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir: **3.1. Disponível:** Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, com risco insignificante de mudança de valor justo e são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **3.2. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir: **• Derivativos:** Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa. **• Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são

A/Re **AUSTRAL RESSEGUARDORA S.A.** | CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. Os valores de mercado dos fundos listados em carteira foram obtidos a partir dos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão. • **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA:** São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é revertido para o resultado. • **Recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - **impairment**. • **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. • **Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.3. Custos de aquisição diferidos:** Os montantes registrados na rubrica custos de aquisição diferidos são basicamente comissões pagas aos corretores de resseguro. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado. **3.4. Ativos e passivos de retrocessão:** Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia transferiu parte de sua exposição de risco, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento destes ativos junto aos retrocessionários. Os passivos projetados para serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de retrocessão. A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. A Companhia utilizou as normativas e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e CPC 11 - Contratos de Seguro, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão. **3.5. Salvados e ressarcimentos:** Para as operações de resseguros, os valores de salvados e ressarcimentos efetivos e estimados são reconhecidos no balanço conforme os dados fornecidos diretamente pela cedente. A estimativa é contabilizada como um redutor das provisões de sinistros e reflete exclusivamente a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos. Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento. **3.6. Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. **3.7. Intangível:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de **impairment** são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível. Ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado, mas são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor. **3.8. Provisões técnicas de contratos de resseguros:** As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro. As metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico. • **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer dos contratos de resseguros, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, incluindo a estimativa para contratos vigentes e não emitidos. Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos (PPNG-RVFE), utiliza-se metodologia *pro-rata die*, consideradas as especificidades de cada risco a respeito do tipo de contrato e vigência correspondente. A apuração da parcela de PPNG considera as normas e orientações da SUSEP, uma vez obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente. A estimativa da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) de contratos facultativos e não proporcionais é realizada a partir da utilização das taxas históricas de atraso verificadas na carteira, avaliadas por agrupamento de risco. Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) de contratos proporcionais, o diferimento é aplicado sobre os valores de prêmios estimados estabelecidos no início do contrato conforme estimativas acordadas em contrato com a cedente, e posteriormente substituídas pelos valores de prêmios efetivos conforme prestações de contas técnicas. • **Provisão de sinistros a liquidar - PSL:** Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais avisados e não pagos, considerando suas posições mais recentes conforme valores informados pela cedente. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados. • **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR:** A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo. A Companhia estima sua provisão de IBNR global utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson* ou de sinistralidade esperada, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais. A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial. • **Provisão de despesas relacionadas - PDR:** Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. • **Provisão de excedente técnico - PET:** A provisão de excedente técnico tem como objetivo estimar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*). A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados. • **Teste de adequação de passivo - TAP:** Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais às parcelas do passivo para a obtenção da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em moeda estrangeira, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP. As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise histórica da carteira, considerados os fluxos de despesas administrativas necessários para a manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação. A Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil de supervisão. A Austral Resseguradora estabeleceu a Política de Grupamento de Contratos, que guarda estreita relação com as práticas e políticas de subscrição e gerenciamento de riscos do seu Portfólio. O resultado do teste de adequação de

passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, contra o valor presente dos fluxos de caixa a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia atua em praticamente todos os grupamentos SUSEP, com carteira predominantemente de seguros de danos. Os riscos de vida - representados pelos grupos 09-Pessoas, 13-Pessoas Individual e parte do grupo 20-Exterior - são exclusivamente de cauda curta, com características semelhantes aos riscos de danos. O resultado do TAP para a data base de 31 de dezembro de 2025 está disposto na tabela abaixo:

Resultado do TAP	
Suficiência / Insuficiência	233.091.401
Apuração PCC	-----

**3.9. Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamentos que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento. **3.10. Provisões judiciais:** As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. **3.11. Benefícios a empregados:** Pós emprego e convencionais: A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais baseadas em ações: Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição). **3.12. Impostos e contribuições:** Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras anuais. Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. Reforma Tributária sobre o Consumo: A Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela EC nº 132/2023 e regulamentada pela LC nº 214/2025, estabeleceu a substituição gradual dos tributos sobre o consumo por um IVA dual. Esse modelo é composto pelo IBS - imposto sobre Bens e Serviços, de competência estadual e municipal, e pela CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, de competência federal, com foco na não cumulatividade, tributação no destino, neutralidade e simplificação do sistema tributário, a ser implementado de forma gradual durante o período de transição. Para as companhias seguradoras e resseguradoras, foi estabelecido regime específico de tributação, no qual a base de cálculo dos novos tributos observará critérios próprios, distintos daqueles aplicáveis às demais atividades econômicas, considerando as particularidades do setor de seguros e resseguros, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 214/2025. A legislação já definiu as alíquotas aplicáveis ao novo modelo tributário (10,85% a 12,5%) as quais serão observadas quando do efetivo início da incidência dos tributos (2027), aumentando gradualmente até 2033, conforme o cronograma de implementação previsto na Reforma Tributária. Adicionalmente, o contexto da Reforma Tributária criou uma obrigação acessória (DeRE - Declaração Eletrônica de Regimes Específicos) viabilizando assim a apuração do IBS e da CBS para os setores que fazem parte do regime específico. Tal declaração demandará adequações nos sistemas, processos e controles internos da Companhia, visando o atendimento às novas exigências de apuração, escrituração e reporte das informações fiscais. Considerando o período de transição estabelecido na legislação e o cronograma de implementação dos novos tributos, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2025, permanecendo a Administração acompanhando a regulamentação infralegal e eventuais desdobramentos para avaliação de impactos futuros. **3.13. Redução ao valor recuperável - RVR:** • **Recebíveis:** A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidas pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado. Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA: Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no rating, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia. • **Ativos de retrocessão:** Alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, sua carteira de riscos é suportada por contratos de retrocessão automáticos e facultativos. A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (*Default*) e *Loss Given Default* (LGD). • **Outros ativos:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. **3.14. Resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • **Prêmios e comissões:** Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos. Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da sua aceitação, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados. Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados e reconhecidos de acordo com a vigência do risco e características do contrato de retrocessão e dos riscos de resseguro inseridos nesses contratos. O prêmio ganho refere-se a diferença entre os prêmios emitidos e as variações de reserva de PPNG no período. • **Sinistros:** Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem o montante total de indenizações ocorridas e as despesas referentes a sua regulação e liquidação. A parcela de sinistros ocorridos contempla os sinistros avisados no período (pagos e pendentes), e a variação na estimativa de sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram reportados à Companhia. **3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A elaboração das demonstrações financeiras anuais requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolvem estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais. • **Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a VJR e por VJORA (Nota 5):** Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (Notas 4 e 13); • **Créditos tributários (Nota 8):** Custos de aquisição diferidos (Nota 9); • **Salvados e ressarcimentos (Nota 8):** Provisões judiciais (Nota 15); • **Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (Nota 3.13);** e • **Teste de impairment (Nota 10).** **3.16. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório anual não inferior a 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 18/12/2025, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram a declaração de juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$ 37.000, imputando-se o valor total líquido, equivalente a R\$ 31.450, ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025. **3.17. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o período. O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período. O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera: • Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e • Oposição de ações exercíveis. **3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2025: • CPC 50 - Contratos de Seguros: O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informa-

ções relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O CPC 50 foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023. • CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: O CPC 51 tem como objetivo principal maior transparência e comparabilidade, aprimorando a apresentação das informações financeiras, propondo uma reorganização da demonstração do resultado com a criação de categorias padronizadas de receitas e despesas. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC 50 e CPC 51 serão aplicáveis à Companhia quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50 e CPC 51. Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia. **4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro:** A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitam: a) concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização. Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management - ERM, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i); avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) atividades de informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia. A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco. A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, alinhando-se às estratégias de negócios, à definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial. Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Região	31/12/2025		31/12/2024	
	Prêmio	%	Prêmio	%
Brasil.....	1.979.378	78,7	1.958.541	79,7
Internacional (*).....	534.570	21,3	499.719	20,3
Total.....	2.513.948	100,0	2.458.260	100,0

(\*) 99% representado por países da América Latina. **a) Gestão de risco de subscrição:** Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações. A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão. Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada linha de negócio em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e, portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição. A Companhia subscree riscos, considerando os fatores técnicos de cada contrato e linha de negócio. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de frequência e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência. • **Análise de sensibilidade:** Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravio de 5 p.p. em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades:

Efeitos brutos de retrocessão	31/12/2025		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Patrimônio líquido (R\$).....	483.712	394.992	(88.720)
Lucro líquido do exercício (R\$).....	92.610	3.890	(88.720)
Impacto (%) no resultado do exercício.....	-	-	(95,8)
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(18,3)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$).....	483.712	442.983	(40.729)
Lucro líquido do exercício (R\$).....	92.610	51.881	(40.729)
Impacto (%) no resultado do exercício.....	-	-	(44,0)
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(8,4)

Efeitos brutos de retrocessão	31/12/2024		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Patrimônio líquido (R\$).....	420.470	357.920	(62.550)
Lucro líquido do exercício (R\$).....	75.111	12.561	(62.550)
Impacto (%) no resultado do exercício.....	-	-	(83,3)
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(14,9)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido (R\$).....	420.470	396.215	(24.255)
Lucro líquido do exercício (R\$).....	75.111	50.856	(24.255)
Impacto (%) no resultado do exercício.....	-	-	(32,3)
Impacto (%) no patrimônio líquido.....	-	-	(5,8)

b) **Gestão de riscos financeiros:** A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos. Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras. Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira. O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos. Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada. **1) Risco de mercado E** definido como a possibilidade de perdas resultantes das variações nos preços e taxas de mercado, tais como taxas de juros ou câmbio, que impactam os valores dos ativos e passivos da Companhia. O controle do risco de mercado é baseado na análise do *Value-at-Risk* (VaR). O VaR é um dos métodos mais tradicionais na gestão desse tipo de risco, que consiste numa métrica estatística que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer em um determinado horizonte de tempo, para um dado nível de confiança, assumindo condições normais de mercado. • **Análise de sensibilidade** A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e o risco sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, com base em modelos de simulação histórica e paramétrica, considerando um horizonte de tempo de 1 dia e uma janela de observação de 252 dias úteis. Complementarmente, são realizados testes de estresse com foco nas principais variáveis de risco que compõem a carteira de investimentos, com destaque para a taxa de juros, que representa o maior componente da exposição e também para o risco cambial, conforme detalhado no item 4 desta nota explicativa. (i) Carteira de investimentos: Segundo a análise do VaR, os investimentos poderiam apresentar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda estimada de 0,28% do total da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025 (0,24% em 31 de dezembro de 2024), que equivale a R\$ 4.589. Para o nível de confiança de 99%, a perda estimada é de 0,45% do total da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025 (0,38% em 31 de dezembro de 2024), que equivale a R\$ 7.374.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Histórico (%)	Impacto (R\$)	Histórico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%.....	(0,28)	(4.589)	(0,24)	(3.330)
VaR 99%.....	(0,45)	(7.374)	(0,38)	(5.273)

• **Teste de adequação de passivo - TAP:** Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais às parcelas do passivo para a obtenção da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em moeda estrangeira, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP. As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise histórica da carteira, considerados os fluxos de despesas administrativas necessários para a manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação. A Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil de supervisão. A Austral Resseguradora estabeleceu a Política de Grupamento de Contratos, que guarda estreita relação com as práticas e políticas de subscrição e gerenciamento de riscos do seu Portfólio. O resultado do teste de adequação de

	31/12/2025		31/12/2024	
	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%.....	(0,30)	(3.607)	(0,26)	(3.607)
VaR 99%.....	(0,43)	(5.273)	(0,38)	(5.273)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração a performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação): i) Cenário b base: taxa de juros SELIC de 15,00% em 31 de dezembro de 2025; ii) Cenário provável: taxa de juros SELIC de 12,25% estimada para 31 de dezembro de 2026 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2025; iii) Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 7,50%); iv) Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 11,25%); v) Cenário III: aumento de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 18,75%); e vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 22,50%).



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>



A/Re AUSTRAL RESSEGURO S.A. | CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26

31/12/2025		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
Provável	(18,3%)	6.677
I	(50,0%)	18.210
II	(25,0%)	9.105
III	25,0%	(9.105)
IV	50,0%	(18.210)

(\*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2025. i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação; ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base; iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base; iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2025		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	6.254
II	(100 bps)	3.127
III	100 bps	(3.127)
IV	200 bps	(6.254)

31/12/2024		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	9.664
II	(100 bps)	4.832
III	100 bps	(4.832)
IV	200 bps	(9.664)

(\*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2025 e 31/12/2024.  
 2) Risco de crédito: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos. A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

31/12/2025								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	22.678	-	-	-	-	-	-	22.678
Mensurados ao VJR	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	33.034	-	-	-	-	-	-	33.034
Públicos	568.504	-	-	-	-	-	-	568.504
Exterior	226.941	-	-	-	-	-	-	226.941
Mensurados ao VJORA	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	42.424	-	-	-	-	-	-	42.424
Públicos	407.906	-	-	-	-	-	-	407.906
Exterior	359.960	-	-	-	-	-	-	359.960
Créditos das operações com resseguros (*)	1.592.149	31.294	21.552	34.365	7.848	21.194	40.124	1.748.526
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	3.253.596	31.294	21.552	34.365	7.848	21.194	40.124	3.409.973

31/12/2024								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	12.314	-	-	-	-	-	-	12.314
Mensurados ao VJR	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	51.352	-	-	-	-	-	-	51.352
Públicos	373.533	-	-	-	-	-	-	373.533
Exterior	167.520	-	-	-	-	-	-	167.520
Mensurados ao VJORA	-	-	-	-	-	-	-	-
Privados	55.714	-	-	-	-	-	-	55.714
Públicos	376.486	-	-	-	-	-	-	376.486
Exterior	386.973	-	-	-	-	-	-	386.973
Créditos das operações com resseguros (*)	1.399.374	26.464	12.595	35.714	16.284	24.256	49.728	1.564.415
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.823.266	26.464	12.595	35.714	16.284	24.256	49.728	2.988.307

(\*) Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável. A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de retrocessão cedida a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir. Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B+, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2025		31/12/2024	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	13.365	0,4	10.484	0,3
AA+	Aa1	AA+	A+	1.398.952	45,7	1.744.288	52,3
AA	Aa2	AA	A+	20.975	0,7	23.924	0,7
AA-	Aa3	AA-	A+	652.181	21,3	78.582	2,4
A+	A1	A+	A	733.035	23,9	1.287.745	38,6
A	A2	A	A-	246.229	8,0	146.183	4,4
A-	A3	A-	A-	-	-	44.982	1,3
BBB+	Baa1	BBB+	B++	-	-	-	-
BBB	Baa2	BBB	B+	-	-	48	-
BBB-	Baa3	BBB-	B+	-	-	52	-
Total				3.064.737	100,0	3.336.288	100,0

3) Risco de liquidez: Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade. A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente, a Companhia possui 98,0% (96,4% em 31 de dezembro de 2024) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 0,1% (2,0% em 31 de dezembro de 2024) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 1,9% (1,6% em 31 de dezembro de 2024) da carteira é composta por fundos de investimentos com prazo de resgate acima de 120 dias.

31/12/2025						
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	22.678	-	-	-	-	22.678
Ativos financeiros mensurados a VJR	806.014	22.465	828.479	828.455	24	828.479
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	810.290	-	810.290	825.831	(15.541)	810.290
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.694.561	31.635	-	-	-	1.726.196
Títulos e créditos a receber	27.889	37.173	-	-	-	65.062
Outros valores e bens	7.800	10.881	-	-	-	18.681
Total de ativos	3.369.232	102.154	1.638.769	1.654.286	(15.517)	3.471.386
Contas a pagar	47.019	-	-	-	-	47.019
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.735.436	78.077	-	-	-	1.813.513
Depósito de terceiro	61.562	-	-	-	-	61.562
Débito das operações de seguros e resseguros	1.104.177	24.203	-	-	-	1.128.380
Outros débitos	874	11.946	-	-	-	12.820
Total de passivos	2.949.068	114.226	-	-	-	3.063.294

c) Movimentação das aplicações financeiras: As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	VJR	VJORA	Total	VJR	VJORA	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	528.934	548.085	1.077.019	528.934	548.085	1.077.019
(+) Aplicações	1.650.837	235.993	1.886.830	1.665.921	(70.389)	1.736.310
(-) Resgates	(1.665.921)	(70.389)	(1.736.310)	-	-	-
(+) Rendimentos	54.743	52.211	106.954	24.143	72.107	96.250
(+/-) Oscilação cambial	(331)	(18.806)	(19.137)	-	-	-
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
(+/-) Redução de valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	592.405	819.173	1.411.578	592.405	819.173	1.411.578
(+) Aplicações	3.127.482	432.597	3.560.079	(2.977.804)	(481.295)	(3.459.099)
(-) Resgates	(2.977.804)	(481.295)	(3.459.099)	-	-	-
(+) Rendimentos	92.073	59.133	151.206	(5.677)	(31.567)	(37.244)
(+/-) Oscilação cambial	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	828.479	810.290	1.638.769	828.479	810.290	1.638.769

d) Derivativos

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
Contratos futuros	-	-	-	-	-	-
Compromisso de Compra	-	-	-	-	-	-
Taxa de câmbio – pesos mexicanos futuros MEX	02/02/2026	221	(4)	-	-	-
Compromisso de Venda	-	-	-	-	-	-
Taxa de câmbio – dólar futuro WDO	02/02/2026	(31.812)	514	-	-	-
Taxa de câmbio – dólar futuro DOL	20/01/2026	(41.255)	(28)	-	-	-

31/12/2025							31/12/2024						
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Ganho / Perda	Valor contábil		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Ganho / Perda	Valor contábil		
Disponível	12.314	-	-	-	12.314		12.314	-	-	-	-	12.314	
Ativos financeiros mensurados a VJR	572.690	19.715	592.405	(111)	592.405		572.690	19.715	592.405	(111)	592.405		
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	819.173	-	819.201	(30.707)	819.173		819.173	-	819.201	(30.707)	819.173		
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.522.909	28.698	-	-	1.551.607		1.522.909	28.698	-	-	1,551.607		
Títulos e créditos a receber	29.735	40.459	-	-	70.194		29.735	40.459	-	-	70.194		
Outros valores e bens	8.275	9.734	-	-	18.009		8.275	9.734	-	-	18.009		
Total de ativos	2.965.096	98.606	1.411.606	(30.818)	3.063.702		2.965.096	98.606	1.411.606	(30.818)	3.063.702		
Contas a pagar	41.480	-	-	-	41.480		41.480	-	-	-	41,480		
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.421.502	101.472	-	-	1.522.974		1.421.502	101.472	-	-	1,522.974		
Depósito de terceiros	113.455	-	-	-	113.455		113.455	-	-	-	113,455		
Débito das operações de seguros e resseguros	994.059	23.769	-	-	1.017.828		994.059	23.769	-	-	1,017.828		
Outros débitos	1.466	9.641	-	-	11.107		1,466	9,641	-	-	11,107		
Total de passivos	2.571.962	134.882	-	-	2.706.844		2.571.962	134.882	-	-	2,706.844		

4) Risco cambial: A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo sua maior exposição na carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará tanto sua demonstração de resultado quanto seu balanço patrimonial. Análise de sensibilidade: Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários: i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025; ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,50 estimada para 31 de dezembro de 2026 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2025; iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,75); iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,13); v. Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,88); e vi. Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,25).

31/12/2025			31/12/2024		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)	Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(0,4%)	(225)	Provável	(3,2%)	(13.639)
I	(50,0%)	(258.170)	I	(50,0%)	(216.220)
II	(25,0%)	(129.085)	II	(25,0%)	(108.110)
III	25,0%	129.085	III	25,0%	108.110
IV	50,0%	258.170	IV	50,0%	216.220

(\*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2025 e 31/12/2024

31/12/2025										
I. Títulos mensurados ao VJR	Taxas médias	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil (%)	Percentual de curva (%)
Certificado de depósito no exterior	7,22%	-	226.941	-	-	226.941	226.941	226.941	13,8	13,7
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	33.034	-	-	-	33.034	33.034	33.034	2,0	2,0
II. Títulos mensurados ao VJORA	-	-	294.573	491.138	24.579	810.290	810.290	825.831	49,5	49,9
Notas do tesouro nacional – NTN-B...	IPCA + 3,73%	-	227.412	3.610	16.007	247.029	247.029	262.552	15,1	15,8
Letras do tesouro nacional – LTN	12,3									

**A/Re AUSTRAL RESSEGUARADORA S.A. | CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26**

**7. Crédito das operações com resseguros:**

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber.....	1.421.307	1.313.947
Recuperação de corretagem.....	357	202
Recuperação de prêmio de retrocessão.....	49.740	36.636
Recuperação de sinistro.....	241.103	196.605
Participações nos lucros a receber.....	5.984	-
Outros créditos a receber.....	7.705	4.217
Total.....	1.726.196	1.551.607
Circulante.....	1.694.561	1.522.909
Não circulante.....	31.635	28.698

**7.1) Aging de prêmios a receber:**

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias.....	111.998	102.619
De 31 a 60 dias.....	160.493	139.139
De 61 a 120 dias.....	104.386	106.994
De 121 a 180 dias.....	642.775	613.395
De 181 a 365 dias.....	235.973	170.868
Superior a 365 dias.....	31.635	28.698
Total de prêmios a vencer.....	1.287.260	1.161.713
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias.....	31.294	26.464
De 31 a 60 dias.....	21.552	12.595
De 61 a 120 dias.....	34.365	35.714
De 121 a 180 dias.....	7.848	16.284
De 181 a 365 dias.....	21.194	24.256
Superior a 365 dias.....	40.124	49.728
Total de prêmios vencidos.....	156.377	165.041
Provisão para perda de valor recuperável.....	(22.330)	(12.807)
Total de prêmios a receber.....	1.421.307	1.313.947

**7.2) Movimentação dos prêmios a receber:**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial.....	1.313.947	1.047.126
(+) Prêmios emitidos (*).....	2.466.455	2.507.708
(+) Riscos vigentes não emitidos (*).....	34.360	33.262
(-) Reccebimentos.....	(2.383.932)	(2.272.378)
(-) Redução ao valor recuperável.....	(9.523)	(1.771)
Saldo final.....	1.421.307	1.313.947

(\*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 4 vezes, alinhado com o mercado ressegurador.

**8. Títulos e créditos a receber:**

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber.....	9.201	16.310
Ressarcimento a receber (a).....	9.201	7.204
Participação nos lucros a receber.....	-	9.106
Créditos tributários e previdenciários (b).....	54.809	52.925
Outros créditos.....	1.052	959
Total.....	65.062	70.194
Circulante.....	27.889	29.735
Não Circulante.....	37.173	40.459

**a) Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:**

	31/12/2025	31/12/2024
Aging de permanência		
Riscos Especiais		
De 1 a 30 dias.....	4.259	-
Patrimonial		
De 181 a 365 dias.....	-	3
Riscos financeiros		
De 61 a 120 dias.....	-	3.833
De 181 a 365 dias.....	2.837	-
Superior a 365 dias.....	34.348	33.618
Redução ao valor recuperável.....	(32.243)	(30.250)
Total do aging.....	9.201	7.204
Expectativa de realização		
Riscos Especiais		
De 331 a 360 dias.....	4.259	-
Patrimonial		
De 331 a 365 dias.....	3.742	3
Superior a 365 dias.....	33.443	-
Riscos financeiros		
Superior a 365 dias.....	-	37.451
Redução ao valor recuperável.....	(32.243)	(30.250)
Total do aging.....	9.201	7.204

b) Créditos tributários e previdenciários: Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro. Apresentamos abaixo os quadros com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos e contribuições a compensar / recuperar (i).....	9.611	9.018
Créditos tributários de PIS e COFINS (ii).....	9.839	7.349
IR e CS diferidos (iii) (b.1).....	35.359	36.558
Total.....	54.809	52.925

**13. Provisões técnicas: a) Composição das provisões técnicas:**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar.....	2.075.900	(1.448.012)	627.888	2.425.645	(1.900.749)	524.896
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	1.646.870	(1.036.391)	610.479	1.291.493	(846.059)	445.434
Provisão de despesas relacionadas.....	223	(3)	220	30	(3)	27
Total.....	3.722.993	(2.484.406)	1.238.587	3.717.168	(2.746.811)	970.357
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos.....	1.167.158	(612.892)	554.266	1.280.380	(744.378)	536.002
Provisão de excedente técnico.....	32.372	(11.712)	20.660	25.888	(9.273)	16.615
Total.....	1.199.530	(624.604)	574.926	1.306.268	(753.651)	552.617
Total das provisões.....	4.922.523	(3.109.010)	1.813.513	5.023.436	(3.500.462)	1.522.974
Circulante.....	4.732.935	(2.997.499)	1.735.436	4.826.397	(3.404.895)	1.421.502
Não circulante.....	189.588	(111.511)	78.077	197.039	(95.567)	101.472

**b) Movimentação: As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Movimentação da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro.....	2.425.645	(1.900.749)	524.896	1.088.602	(653.501)	435.101
Sinistros ocorridos.....	1.662.839	(796.039)	866.800	2.599.588	(1.849.361)	750.227
Sinistros pagos.....	(1.922.178)	1.131.810	(790.368)	(1.412.806)	721.142	(691.664)
Variação cambial.....	(92.254)	116.852	24.598	150.268	(119.364)	30.904
Atualização monetária.....	1.848	-	1.848	(7)	-	(7)
Redução valor recuperável.....	-	114	114	-	335	335
No final do exercício.....	2.075.900	(1.448.012)	627.888	2.425.645	(1.900.749)	524.896
Movimentação da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro.....	1.291.493	(846.059)	445.434	770.750	(480.899)	289.851
Variação do IBNR.....	355.377	(190.332)	165.045	520.743	(365.160)	155.583
No final do exercício.....	1.646.870	(1.036.391)	610.479	1.291.493	(846.059)	445.434
Movimentação da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro.....	30	(3)	27	8	(3)	5
PDR avisado no período.....	421	(55)	366	1.329	(348)	981
PDR pago no período.....	(228)	55	(173)	(1.307)	348	(959)
No final do exercício.....	223	(3)	220	30	(3)	27
Movimentação das provisões de prêmios - PPNG						
Em 1º de janeiro.....	1.280.380	(744.378)	536.002	948.979	(560.094)	388.885
Prêmios emitidos.....	2.513.946	(1.217.826)	1.296.120	2.458.261	(1.291.428)	1.166.833
Prêmio ganho.....	(2.591.116)	1.328.508	(1.262.608)	(2.173.229)	1.132.266	(1.040.963)
Variação cambial.....	(36.052)	20.804	(15.248)	46.369	(25.122)	21.247
No final do exercício.....	1.167.158	(612.892)	554.266	1.280.380	(744.378)	536.002

**14. Desenvolvimento de sinistros:** Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações

de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos. A seguir, apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia, os pagamentos de sinistros, a atualização de sinistros judiciais e o IBNR por ano de subscrição. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

	Ano de Subscrição					
	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de subscrição.....	218.600	802.287	750.584	554.052	600.993	2.926.516
Um ano após o ano de subscrição.....	446.706	1.409.744	1.731.392	1.191.342	-	4.779.184
Dois anos após o ano de subscrição.....	570.454	2.415.069	1.895.365	-	-	4.880.888
Três anos após o ano de subscrição.....	584.931	2.597.831	-	-	-	3.182.762
Quatro anos após o ano de subscrição.....	617.024	-	-	-	-	617.024
Total.....	617.024	2.597.831	1.895.365	1.191.342	600.993	6.902.555

**15. Provisões judiciais:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de "sinistro a liquidar judicial". A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial.....	50	72
Reabertura.....	-	3.868
Reavaliação.....	-	49
Indenização.....	-	(11)
Total.....	3.956	50

A Companhia possui 2 ações na qualidade de ré com probabilidade de perda possível, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)
Cível.....	2	8.610
Total.....	2	8.610

**16. Patrimônio Líquido:** a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 338.669 representado por 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de lucros. As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e outras reservas de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício correspondente a 5% do lucro pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para outras reservas de lucros, conforme critérios preestabelecidos pela Lei das S.A.s. c) Dividendos obrigatórios e Juros sobre capital próprio (JCP). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, após a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apresenta-se conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício.....	92.610	75.111
Destinação para reserva legal - 5%.....	(4.630)	(3.756)
Base para distribuição de dividendos.....	87.980	71.355
Constituição de Outras Reservas:		
Base para distribuição de dividendos.....	87.980	71.355
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR (*).....	37.000	26.744
Total de Outras Reservas.....	50.980	44.611
Excedente de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos:		
Juros sobre capital próprio (JCP) líquido de IR (*).....	31.450	22.732
Dividendo mínimo obrigatório - 25%.....	21.995	17.839
Total de excedente de JCP e Dividendos distribuídos.....	9.455	4.893
Destinação dos lucros líquidos:		
Reserva legal - 5%.....	4.630	3.756
Outras reservas.....	50.980	44.611
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR (*).....	37.000	26.744
Total da destinação dos lucros líquidos.....	92.610	75.111

(\*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia creditou JCP dentro dos limites fiscais nos

(i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL; PIS, COFINS, IR, CSLL e CIDE pagos a maior e imposto de Renda Retido em Negócios Aceitos no Exterior; (ii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados - IBNR; e (iii) Créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.

**b.1) Movimentação impostos diferidos:**

	Movimentação			
	Reconhecido em outros resultados		Reconhecido no resultados	
	31/12/2024 resultado	abrangentes	31/12/2025	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias ..	10.152	22.362	(4.899)	27.615
Ajuste a valor de mercado - VJR.....	(32.122)	29.713	-	(2.409)
Ajuste a valor de mercado - VJORA.....	12.344	(1.191)	(4.899)	6.254
Redução ao valor recuperável (RVR).....	5.258	103	-	5.361
Incentivo baseado em ações.....	2.262	(2.262)	-	-
Variação cambial.....	17.871	(3.852)	-	14.019
Participação nos lucros.....	4.069	(540)	-	3.529
Outras provisões.....	37	177	-	214
Arrendamentos.....	433	214	-	647
Impostos diferidos sobre base negativa (b.1.1).....	26.406	(18.662)	-	7.744
Prejuízo fiscal - IRPJ.....	16.416	(11.664)	-	4.752
Base negativa - CSLL.....	9.990	(6.998)	-	2.992
Total.....	36.558	3.700	(4.899)	35.359

**Movimentação**

	Movimentação			
	Reconhecido em outros resultados		Reconhecido no resultados	
	31/12/2023 resultado	abrangentes	31/12/2024	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias ..	15.212	(12.582)	7.522	10.152
Ajuste a valor de mercado - VJR.....	(1.205)	(30.917)	-	(32.122)
Ajuste a valor de mercado - VJORA.....	4.818	4	7.522	12.344
Redução ao valor recuperável (RVR).....	4.251	1.007	-	5.258
Incentivo baseado em ações.....	2.248	14	-	2.262
Variação cambial.....	1.281	16.590	-	17.871
Participação nos lucros.....	2.841	1.228	-	4.069
Outras provisões.....	676	(639)	-	37
CPC 06 (R2) - Arrendamentos.....	302	131	-	433
Impostos diferidos sobre base negativa (b.1.1).....				

A/Re **AUSTRAL RESSEGUARDADORA S.A.** | CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26

ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização. As 25.698.206 opções representam uma diluição de até 8,1% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 5.333 (R\$ 5.658 em 31 de dezembro de 2024). **18. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	Ativo	
	31/12/2025	31/12/2024
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a).....	94.627	64.457
Total .....	94.627	64.457
	Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024
Austral Participações S.A. - Controladora (b) .....	31.450	22.732
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a).....	40.748	39.237
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c).....	131	77
Total .....	72.329	62.046
	Receitas	
	31/12/2025	31/12/2024
Austral Seguradora S.A. (Coligada) (a) .....	75.556	62.021
Total .....	75.556	62.021

	Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a).....	(11.533)	(24.409)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c).....	(1.406)	(891)
Administradores - Outros (d) .....	(4.995)	(3.346)
Total .....	(17.934)	(28.646)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros; (b) Valor referente a JCP a pagar (líquido de impostos); (c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia; e (d) Valor referente a remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária). **19. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão reconciliados, como segue:

	31/12/2025				31/12/2024			
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	131.565	131.565	106.410	106.410	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Alíquota nominal	32.891	19.735	26.603	15.962				
Impostos à alíquota nominal	(15)	(9)	(9)	(5)				
Adições e exclusões definitivas:								
Contribuições não compulsórias								
Receita com atualização de débitos tributários	222	133	246	147				
Incentivos Fiscais	890	-	476	-				
Juros Sobre Capital Próprio	9.250	5.550	6.686	4.012				
Outras	312	174	(173)	(119)				
Total	10.659	5.848	7.226	4.035				

	31/12/2025		31/12/2024	
	(1.783)	(1.052)	3	2
Constituição/Reversão de Crédito Tributário	(26.327)	(16.328)	(7.907)	(5.045)
IRPJ e CSLL correntes	2.312	1.388	(11.467)	(6.880)
IRPJ e CSLL diferidos	(24.015)	(14.940)	(19.374)	(11.925)
Total das despesas IRPJ e CSLL	18,3%	11,4%	18,2%	11,2%

(\*) No Resultado antes dos impostos está contemplado o montante referente às despesas com participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7.899 (R\$ 9.104 em 31 de dezembro de 2024). **20. Resultado por ação – básico e diluído:** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	31/12/2025		31/12/2024	
	92.610	75.111	313.598	313.598
Resultado líquido do exercício.....	92.610	75.111	313.598	313.598
Média ponderada das ações .....	0,2953	0,2395		
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído				

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano. O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía fatores diluidores.

**21. Grupos de ramos de atuação:** Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Grupos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial.....	719.126	677.683	52,7	264,0	2,6	2,3
Riscos Especiais.....	6	(5)	(76.658,9)	(133.239,7)	23,9	59,0
Responsabilidades.....	215.797	150.754	79,3	51,3	1,3	1,1
Automóvel.....	364.832	350.768	96,7	99,7	0,1	-
Transportes.....	221.025	206.890	76,9	61,3	2,2	1,7
Riscos Financeiros.....	79.797	64.785	129,6	21,7	1,1	0,9
Pessoas Coletivo.....	239.337	111.148	87,7	97,3	4,4	3,8
Habitacional.....	16.252	13.936	53,7	309,2	4,8	3,9
Rural.....	5.778	8.288	80,3	197,1	2,4	3,0
Outros.....	(1.632)	1.683	2,5	240,5	(0,5)	0,5
Pessoas Individual.....	20.744	27.122	67,2	64,3	0,7	0,6
Marítimos.....	25.407	13.915	273,6	175,8	6,2	7,7
Aeronáuticos.....	107.547	102.878	43,8	116,0	8,7	9,0
Petróleo.....	50.529	38.932	168,5	30,1	4,0	4,4
Saúde.....	(14)	-	(2.391,9)	(954.790,7)	8,7	-
Acertações do Exterior.....	520.102	400.389	77,4	84,3	5,5	5,6
Total.....	2.584.633	2.169.166	77,9	140,4	3,1	2,8

Ramos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida % (a)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Patrimonial.....	201.197	170.900	66,0	72,3
Riscos especiais.....	293	(312)	(1.111,1)	(1.224,7)
Responsabilidades.....	65.017	29.414	77,5	46,8
Automóvel.....	357.829	344.547	97,9	99,0
Transportes.....	39.667	30.923	62,4	72,4
Riscos financeiros.....	14.115	11.425	31,5	27,4
Pessoas coletivo.....	140.147	67.930	79,3	95,6
Habitacional.....	9.927	9.114	50,4	312,6
Rural.....	3.820	5.971	100,5	125,5
Outros.....	(1.676)	1.628	5,8	213,7
Pessoas individual.....	11.957	16.375	59,3	60,3
Marítimos.....	9.813	7.535	296,6	183,8
Aeronáuticos.....	47.904	46.937	55,1	74,6
Petróleo.....	16.782	13.349	86,6	17,3
Saúde.....	(34)	-	50,8	(454.483,4)
Acertações do exterior.....	341.804	282.230	79,5	82,4
Total de prêmios ganhos.....	1.258.562	1.037.966	81,7	87,3

(a) Índice de Sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (BNR)) / prêmio ganho. (b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho. A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Ramos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Patrimonial.....	653.606	746.631	(427.618)	(540.839)	225.988	205.792	34,6	27,6	65,4	72,4
Riscos especiais.....	5	(3)	288	(309)	293	(312)	5.860,0	10.400,0	(5.760,0)	(10.300,0)
Responsabilidades.....	136.206	162.827	(91.979)	(121.449)	44.227	41.378	32,5	25,4	67,5	74,6
Automóvel.....	359.721	348.725	(708)	(4.843)	359.013	343.882	99,8	98,6	0,2	1,4
Transportes.....	177.667	259.671	(132.567)	(223.129)	45.100	36.542	25,4	14,1	74,6	85,9
Riscos financeiros.....	114.457	85.103	(92.080)	(68.444)	22.377	16.659	19,6	19,6	80,4	80,4
Pessoas coletivo.....	309.949	135.551	(130.117)	(54.004)	179.832	81.547	58,0	60,2	42,0	39,8
Habitacional.....	16.709	14.196	(6.550)	(5.022)	10.159	9.174	60,8	64,6	39,2	35,4
Rural.....	3.941	6.031	(1.712)	(807)	2.229	5.224	56,6	86,6	43,4	13,4
Outros.....	(1.662)	1.443	(44)	(55)	(1.706)	1.388	102,6	96,2	(2,6)	3,8
Pessoas individual.....	17.521	25.617	(7.632)	(10.887)	9.889	14.730	56,4	57,5	43,6	42,5
Marítimo.....	25.867	14.730	(15.981)	(7.071)	9.886	7.659	38,2	52,0	61,8	48,0
Aeronáuticos.....	110.599	108.146	(62.068)	(59.502)	48.531	48.644	43,9	45,0	56,1	55,0
Petróleo.....	53.164	51.318	(36.393)	(36.970)	16.771	14.348	31,5	28,0	68,5	72,0
Saúde.....	(34)	-	-	-	(34)	-	100,0	-	-	-
Acertações do exterior.....	536.232	498.274	(212.665)	(158.099)	323.567	340.175	60,3	68,3	39,7	31,7
Total.....	2.513.948	2.458.260	(1.217.826)	(1.291.430)	1.296.122	1.166.830	51,6	47,5	48,4	52,5

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:	31/12/2025		31/12/2024	
	Resseguradora local.....	15.868	13.581	
Resseguradora admitida.....	398.924	634.278		
Resseguradora eventual.....	803.034	643.571		
Total .....	1.217.826	1.291.430		
Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:	31/12/2025		31/12/2024	
	Seguradora.....	2.478.862	2.420.921	
Resseguradora local.....	1.677	(48)		
Resseguradora admitida.....	1.512	2.277		
Resseguradora eventual.....	31.897	35.110		
Total .....	2.513.948	2.458.260		

**Conselheiros:**  
Bruno Augusto Sacchi Zarella  
Gabriel Felzenszwalb  
Michel Cukierman

**Diretor-presidente:**  
Bruno de Abreu Freire

**Diretoria:**  
André Machado Caldeira

**Contadora:** Ana Carolina Gonçalves Schaefer - CRC RJ - 113827/O-0

**Atuária:** Brenda Fucci Cantisano - MIBA nº 2904

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Acionistas da **Austral Resseguradora S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de resseguros e ativos de retrocessão:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade do processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras; e (v) avaliação do desenho dos controles relacionados à provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

continuação

A/Re

**AUSTRAL RESSEGUARDORA S.A.** | CNPJ/MF Nº: 11.536.561/0001-26

**Relatório do Comitê de Auditoria**

**Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A. Rio de Janeiro – RJ.** O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (“Austral Resseguradora” ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas. No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora. O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente, outros Diretores da Austral Resseguradora e com os responsáveis pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Conformidade, não tendo sido identificada a necessidade de recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação. Sendo assim, cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, não identificou evidências de deficiência nos controles internos e entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. atendem aos requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano de 2025, findo em 31 de dezembro de 2025 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026. **Laenio Pereira dos Santos** - Presidente. **Jorge Augusto Hirs Saab** - Membro. **Elizabeth Vieira Valente Bartolo** - Membro.

**Relatório do auditor atuarial sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Acionistas e Administradores da Austral Resseguradora S.A. Rio de Janeiro - RJ - CNPJ: 11.536.561/0001-26.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A. (“Sociedade”), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios

atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os

ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 25 de fevereiro de 2026. ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11  
Fernanda Gama  
Atuária - MIBA 947

